1880.

Juizo de Orphãos da Cidade da Estancia —

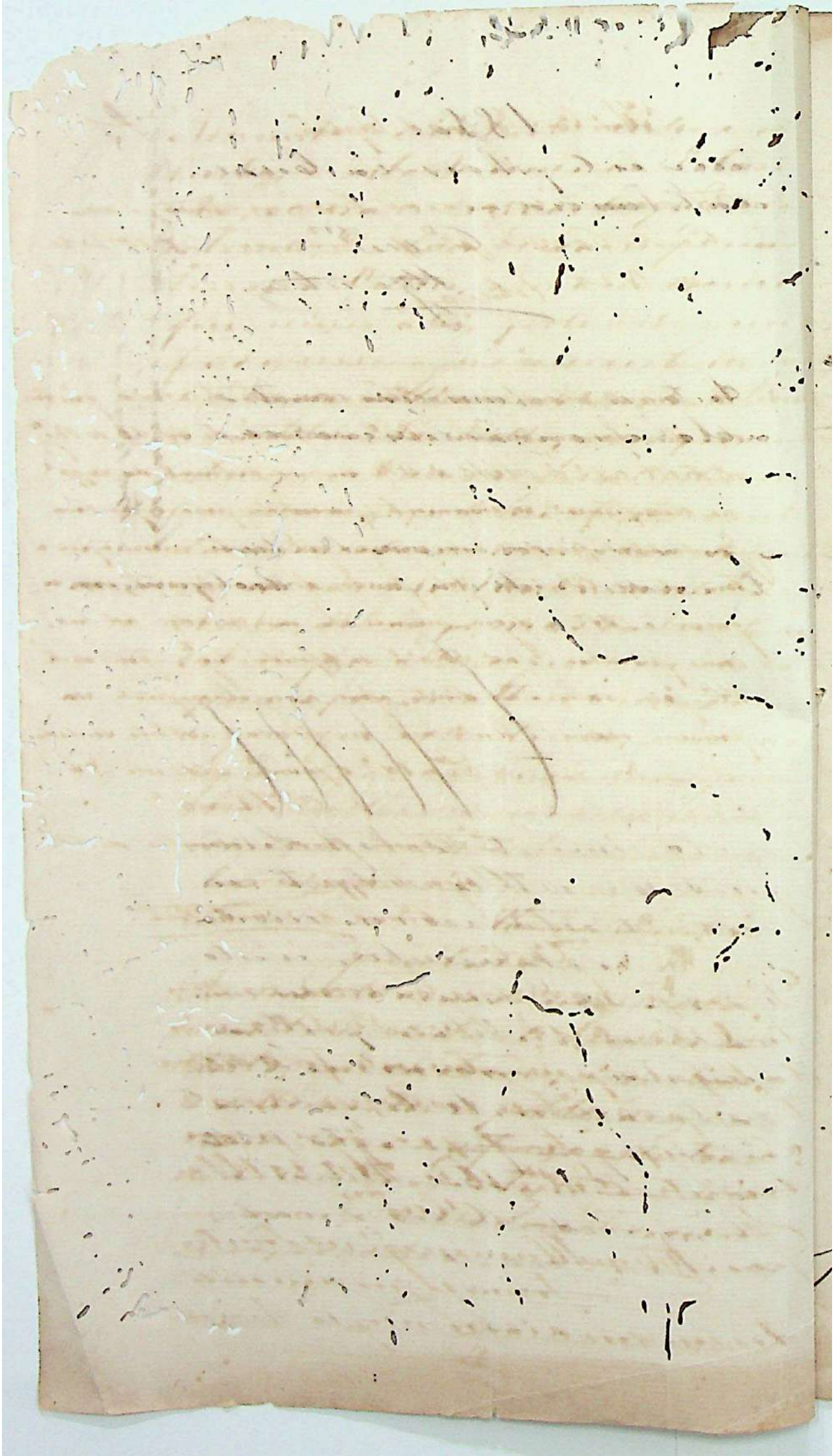
Ordinario

Autos de reclamação contra a declaração de escravos

Ignacio, escravo de D. Elisa Corrêa de Avila — Reclamante —

Termo

do Nascimento de Mezes Senhor Jesus de Milheiro e Oitocentos e oitenta, aos dez dias do mez de Novembro, nesta Cidade da Estancia, em meu cartorio, perante a pessoa do Ignacio escravo de D. Elisa Corrêa de Avila, que lhe foi dito, do que faço este auto. Eu, João Antonio Ximenes Aguiar escrivão, escrevi —



Illm.º Snr. Dr. Juiz de Orphãos.

Nomeio curador de bens ao menor ausente Vicente Botelho p.ª os fins requeridos. Ed. 16 de Nbr.º de 1880. Ribeiro

Diz Ignacio, escravo de D. Elisa Barreto de Araujo, que tendo de reclamar perante V.S.ª, em virtude do art. 24 do Reg.º de 5.135 de 13 de Novb.º de 1872, contra a petição de seu senhor na classificação ultimamente procedida pela respectiva Junta classificadora, do escravo que injusta mente tem de ser libertado pelo fundo de emancipação, vem nomear a V.S.ª o digno curador ad hoc, como prescreve o art. 26 n.º 2 do referido Reg.º, para que V.S.ª faça valer o seu direito, afim de ser classificado na primeira ordem e deste ser libertado. Nestes termos

P. a V.S.ª deferimento, vende esta — Sello

Estancia 15 de Novembro de 1880.

Roga o supp.te

Vicente da Silva Portella

Certo

Para ser hoje notificado ao Doutor Curador a Ausentes Portella, residente nesta Cidade — que o alvo requerido — Foro e os cartorios — para todos os termos ulteriores — e despacho seguinte, que fica sendo — Edt.º, 16 de Nbr.º de 1880.

Abreu

João Antonio Abreu e Souza

Tenente de Juramento

Aos dezesseis dias do mez de Novembro

Aos quinze de Março de mil oitocentos e noventa e quatro, nesta cidade de Estancia, e casa do Juiz de Orphãos, o Cidadão Doutor Eduardo Gomes Ferreira Vallois, ahi compareceu Francisco Alves, ahi, pelo dito Juiz foi deferido o juramento aos Santos Evangelhos ao qual prometteu dizer a verdade sobre o que lhe for perguntado. Respondeu chamar-se como acima fica dito, ser casado, lavrador, de idade de trinta annos, mais ou menos, natural deste Estado, e residente no Rio Real, testemunha não contraditada pelo autor. Pelo Juiz foi dito que lhe perguntasse o que soubesse a respeito do objecto da presente causa. Respondeu que sabe que o autor e o reu tiveram uma questão, por causa de uma vaca, que o reu tinha comprado ao autor, e que depois de comprada, o autor a tomou para si, e o reu foi queixar-se ao Juiz, e que o Juiz mandou o autor entregar a vaca ao reu, e que o autor não entregou, e que o reu foi

Illmo. Exmo. Dr. Juiz de Orphãos.

Commissão. Ejo. Parecer.

Estevão.

O curador de Ignacio, menor de D. Elisa Leonello de Avila, pede a V. Exª se digne dar-lhe vista dos autos, para melhor deduzir o direito que tem em acordo a ser libertado pelo fundo de emancipação, e supprir as razões já lhe existem pelo requerimento contra a petição, já assento da Junta classificadora.

Para V. Exª deferir o que acha justo.

E. R. Mce.

Estº 17 de Novembro de 1886.

O curador Vicente de Souza Portella.

Vista

Aos sete dias do mez de Novembro de mil oitocentos e oitenta e seis, n'esta cidade de Estancia, em cartorio, pelo escrivão abaixo nomeado com vista dos autos pelo curador Vicente de Souza Portella, curador ad-hoc do menor Ignacio, de que para constar lavrei este termo. Eu, João Antonio Nunes, escrivão o escrevi, e eu escrivão

Termo de intimação.

Aos quinze de Ignacio, menor de D. Elisa Leonello de Avila, fui matriculado no Thesouro

Guran da Villa da Abbadia, provincia da Bahia, em 4 de Julho de 1872, e acordado na Abbadia de Pinheiros Guran d'esta cidade em 21 de Agosto do corrente anno. doc.to n.o 6

É casado, desde 16 de Abril de 1877, com Maria Petronilla da Conceição, de condição livre, doc.to n.o 2, e d'este casamento tem dous filhos.

Nesta condição o seu casado devia ser classificado na classe das familias, art.o 27 n.o 1 da tab.a n.o 5.185 de 13 de Nov.o de 1872, segundo declara o Av.o n.o 335 de 19 de Outb.o de 1872, que diz: tratando-se de conjuges, de quem um seja escravo e outro liberto, deve o conjuge escravo ser classificado de preferencia na ordem das familias e não de individuo.

Desde anno segue-se o de n.o 2.043 de 31 de Março de 1875, em q.o determinou-se: que os escravos casados com mulheres livres e as escravas casadas com homens livres devem ser classificados em o n.o 1 do § 1.o do dito Dec.o, preferindo o conjuge escravo ser classificado de preferencia na ordem das familias etc.

A' salutar doutrina d'este Aviso, o Governo no seu n.o 287 de 17 de Junho de 1876 - additou a seguinte explicação: - que o escravo casado com pessoa livre preferia ao conjuge escravo, de diverso senhor, desde q.e na ordem da enumeração das familias preferem o que, por si só por outrem, entrarem com conta quota p.a a sua libertação.

Finalm.te no anno de 8 de Junho de 1876 foi pelo

Governo Geral a genuina intelligencia do Art. 1º da Lei de 1871, dizendo n'esse Aviso = a classificação dos escravos casados com pessoas livres é a do § 1º n.º 1 do art. 27 do Reg. n.º 5.135 de 13 de Nov. de 1872; prejudicando elles, como já foi explicado pelo Aviso de 17 de Junho de 1875, ainda mesmo as conjuges escravos de differentes senhores, visto como, cabendo preferencia em cada uma das differentes categorias de familia á 5ª - por si ou por outrem - concederem com alguma quota 5ª a liberdade, por assim tornar-se mais facil a constituição de familias livres, logo que é formada 5ª conjuge de condição desigual acha-se no caso de ser anteposta á 4ª conjuge escravo, por ser mais outra a liberdade de um, do 5ª a de dous =

Em razão dos citados avisos se vê - que o escravo casado com mulher livre deve ser classificado na ordem das familias, que n'essa ordem, deve ser collocado na classe do n.º 1º do § 1º do cit. art. 27, fundado em que, não na classe propria ainda mesmo as conjuges escravos de differentes senhores: logo, a Junta classificadora valeu-se direito de seu arbitrio, procedendo-se classificação, e classificando uma familia de escravos collocada em 4ª classe, isto é, no n.º 4 do § 1º do cit. art. 27.

Contra este acto da Junta, em nome do seu curador apresentou o Advº, Illm. Snr. Dr. Juiz de Orphãos, a presente reclamação: fundada em citados avisos; e recebida na fórma da causa, 5ª defende, espera que Advº será triumphador alli, e classificará o seu curado afim de ser liberdade pelo actual fundo de emancipação.

Cita a dilação 5ª espera o seu curado, confiado no

do seu direito.

O mesmo curador arrecade, e tome a sua liberdade com a
quantia de trezentos e oitenta e cinco mil reis (385$000),
a que se dará o destino legal.

Arbitro de custas e que se faça uma declaração formal.

Ottanasi 1º de Outubro de 1850.

O curador Vicente da Silva Peixoto.

Com dous documentos

Doc. nº 1

Illmo Snr. Adm.r da Alfandega Provincial Geral:

Certifique-se a data da Receita da Estatua e a

17-11-1880.

Elle

O curador nomeado a Ignacio, escravo de D. Elisa Cou-
vello de Ateide, pede a V.S. que mande dar por citada
a fim d'este a avaliação da matricula do dito escrav.
Atendida é justo fundamentar uma reclamação perante o Dr.
Juiz de Orphãos, afim de ser escravo classificado e libertado
do fatal ponto da emancipação. Assim

P.a R.ce de justiça.

Estatua 17 de Novbro de 1880.

O Curador Carlos de Stradelli

Certifico que revendo o livro das averbações
dos escravos vindos d'outras municipios
e residentes nesta, d'elle consta a folhas
quinze a seguinte averbação constante da petição de
pre-fita em nome de sua senhora Dona
Maria Joaquina Couvello d'Ateide; uma
escripta de que uso a nesta Cidade
a menor Maria Elisa Couvello d'Ateide, cria-
do e residente nesta Cidade da seguinte
Numero de ordem cento e dezenove —
Maria Joaquina Couvello d'Ateide — Resi-
dente nesta Cidade da Estatua — Ignacio,
de sexo masculino, de cor preta, com trin-
ta e oito annos de idade, casado — bergan-
te, matriculado em Mesa de Rendas Ge-
raes da Villa d'Abadia, Provincia da

da Bahia em vinte e tres de Julho de mil oitocentos e oitenta e cinco, sob o numero de ordem da matricula dezoito e trinta e seis; sendo o mencionado serviço averbado nesta Repartição em virtude do Aviso de mil oitocentos e oitenta. O referido é verdade e eu proprio lavro de averbações me reporto. Mesa de Rendas Geraes da Cidade da Estancia 17 de Novembro de 1880.

O Escrivão
Francisco Coelho d'Avila

Está conta de selle na
forma da lei.
Coelho

Doc. N. 2

Illm. Sr. Juiz de Paz

C. Escrivão Jaime. Est.
5 de Junho 1877
Phil. Leal

Maria Petronilla da Conceição precisa que V. S. mande dar pelo o Escrivão deste Juizo certidão do registro de seo casamento com Ignacio Joaquim Jorge.

E. R. M.ce

Vicente Santas, Escrivão de Paz.

Certifico e porto por fé que revendo eu no do registro do registro civil de casamentos lot e numero tres encontrei lavrado o termo com o seguinte a petição e mandado supra, do theor seguinte Aos vinte dias do mez de Junho de mil oitocentos setenta e sete, nesta Villa de Estancia, no Cartorio de Paz da Parochia de Nossa Senhora do Socorro, perante mim Juiz de Paz compareceu Ignacio Joaquim Jorge

Joaquim, escravo de Dona Maria Custodia de Avila, natural da Abbadia, com trinta e cinco annos, solteiro, morador nesta mesma Cidade, filho natural de Dona Maria da Conceição, por elle me foi dito que elle vinha dar denuncia de um peccado que havia recebido na Igreja Matrizes desta Cidade com sua mulher Maria Petronilla da Conceição, filha natural de Joanna Baptista de Jesus, moradoras desta Cidade, livre, de serviço de mestiça, solteira, morador nesta mesma Cidade tempo dois celebrado o casamento pelo Reverendo Vigario Sebastião José da Silva Aires, pelas oito horas da noite. Para as denunciações do casamento que assistirão ao lavrar deste Joaquim Mattos da Fonseca Pilloto com minha e mais abaixo assignadas. E Jeronimo Marques Evangelista, com minha e mais abaixo, ambos negociantes e moradores nesta Cidade. E para constar lavrei o presente termo que comigo assigna o Reverendo Vigario por elle não saber escrever Francisco Ignacio Ribeiro, e da Conjuge Manoel Francisco de Salles por ella não saber escrever.

Eu Vicente Dantas Escrivão o escrevi Vicente Dantas, Francisco Ignacio Ribeiro Manoel Francisco de Salles, Joaquim Mattos da Fonseca Pilloto, Jeronimo Marques Evangelista. Nada mais se continha no dito registro retro a que me reporto de que fiz este traslado que con-

achei conforme ao original de folhas
sete ao competente livro Razão da Estancia
6 de Junho de 1877. Encarregado Vicente Lemos Es
crivão o escrevi.

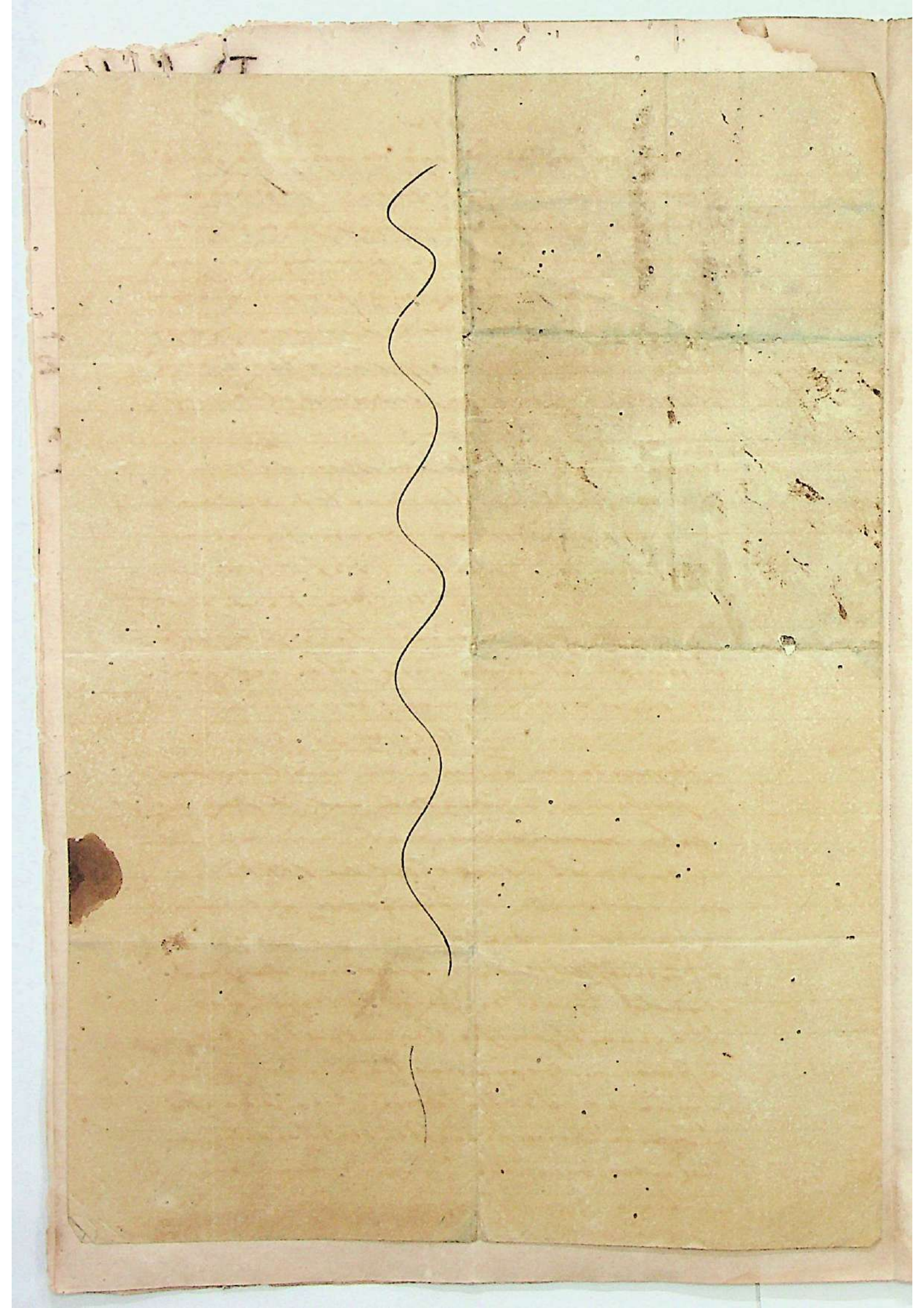
Vicente Lemos.

Sem esta escritura levar folhas sem sello
se sello de quarenta reis cada uma

Estancia 6 de Junho de 1877.

Vicente Lemos





Termo

Aos [illegible] dias do mez de [illegible] nesta Cidade do Natal, em Cartorio, deste Cartorio do Doutor Portella, escrivão do Civel Ignacio, nos Autos entre partes sendo Autor [illegible] Autos, deste fazo este Termo. Eu, João Antonio Ferreira, escrivão dos Autos, escrivão, o escrevi

Conclusão

Faço estes Autos conclusos ao Meritissimo Juiz de Orphãos Doutor Eduardo Gomes Pereira Autos, deste fazo este Termo - Eu, João Antonio Ferreira escrivão dos Autos, escrivão, o escrevi

Cota

Deposito [illegible] em mão do Comissario por termo; e quanto á [illegible] nha [illegible] mente em cartorio. - Natal 12 de Abril de 1870.

Eduardo

Termo

No mesmo dia, mez e anno supra, nesta Cidade do Natal Doutor Juiz de Orphãos Eduardo Gomes Pereira Autos, nos Autos entre partes; deste fazo este Termo. Eu, João Antonio Ferreira escrivão dos Autos, escrivão, o escrevi

Custas

Cert.ᵐ
Dou fé haverem ratificado perante
o abaixo assignado Cidadão
Doutor Vicente da Silva Portella,
as rogatorias Ignacio,
o conteúdo do despacho retro,
que ficam relacionte. Est.ª 2 de
9bro de 1880. Alex.ᵐ
Jos Antonio Alemany Juiz de Dir.ᵗᵒ

Termo de Deposito
Aos vinte dias do mez de Novem-
bro de mil oito centos e oitenta
nesta Cidade da Estancia, em
caza do Doutor Juiz Municipal
e Termo Edevard Gomes Ferrei-
ra Alves, onde eu escrivão, fui
vindo, ahi presente o Doutor
Vicente da Silva Portella, em
razão do rogatorio Ignacio, por
elle foi dito que na acção de
propriedade que tem contra
Estanislao Cardozo mistura de pre-
to, e escravo
Ignacio, e como Depositario da
mesma que contra, para que
fosse mandado por este Juizo, de-
obrigado ao Deposito
rio, a não entregar a mulata
Dorotheia sem ordem que mais
e ao mesmo por este Juizo
ser ordenado. De como assim
o disse assignou com o Juiz e pre-
sente Testemunhas, depois de lido pre-

perante elle por mim Joaõ Antonio Ulrich escrivão dos Santos, as cinco, e escrivão o assignei ——— Estevão.

Vicente da Costa Portella

Juntada -

Aos vinte e dous dias do mez de Dezembro de mil oito centos e oitenta, nos autos, juntei á estes autos a petição e documentos que seguem, e para fé disto lavrei. Eu Joaõ Antonio Ulrich escrivão dos Santos, o escrivão, o escrivão ———

Illmo. Snr. Dr. Juiz de Orphaos.

Nos autos, entre nos. Estevão Paulista de 1880
Estevão.

Procurador de Ignacio, vem por a Dª. Olivia Carneiro de Mesquita perante a Rª. para mandar juntar aos autos da reclamação de escravos a certidão junta de nascimº. de seu dous filhos.

P. a Rª. deferimº.

E R. Mce.

Estancia 22 Novbº de 1880.

Procurador Vicente de Sá Portella.

Ill.mo e Rev.mo Snr. Vigario

Procurador de Ignacio, escravo de D. Elisa Carneiro de Sousa Faria a O. Rellr.o que lhe dê por authidade ao pé d'este o assento de baptismo de seu dito filho, havido de sua escravo com Maria Patrocinio da Conc.ão, de condição livre.

A outidade i.ſ. provar o seu direito a dita liberdade pelo fundo de emancipação. Nesta cidade

P. a V. Rev.ma deferimento

E. R. Mc.e

Athanasio 18 de Setembro de 1871.

Procurador = Vicente de Salvador Pinto

Certifico que revendo um livro de assentamento de baptismos desta Freguezia, nelle a fl. 38 e v. - se acha um do theor seguinte. - Aos primeiro dias do mez de Janeiro de mil oito centos e setenta e nove annos, baptisei solemnemente o innocente, preto, livre, com dous mezes (Manoel) e tres dias de edade, filho de Ignacio Joaquim Jorge e Maria Patrocinio da Conceição. - Padrinho, José Manoel de Sant'Anna e Silva freguez da Vera. - Do que, para constar mandei fazer este termo, que assignei. O Vigario, Cathedratico José de Freitas Oliveira. Entrada mais baixo no dito termo, que copiei, e em fé

de que assigno a presente. Estrada, 18 de Fev.ro de 1880 — O Vigario, Basilio Tiburcio José da Silva abx.

Certifico mais que entre os assentamentos de baptismos, dito Vigario, se acha um de theor seguinte. Aos vinte cinco de Março de mil oito centos e setenta annos, baptisei solemnemente e crismei Adelaide, parda, nascida em dous de Junho do corrente anno, legitima de Ignacio Joaquim Jorge e Maria Rosa Conceição. Padrinho Jeronimo Bento do Nascimento e Rosa Senhora, do que, para constar fiz este termo, que assignei. O Vigario, Basilio Tiburcio José da Silva abx. E mais nada mais havia no dito termo, que copiei, e em fé do que assigno a presente. Estrada, 18 de Fev.ro de 1880 — O Vigario, Basilio Tiburcio José da Silva abx.

Pedro

Conclusão -

Aos vinte e dois dias do mez de Setembro de mil oito centos e oitenta, em cartorio, faço estes autos conclusos ao Meritissimo Juiz de Orphãos Doutor Eduardo Gomes Ferreira Pallos, de que fiz este termo. Eu, José Antonio Ulrmann, escrivão o escrevi.

Cl. 3

Dando provimento á reclamação em 5 de junho achando-se em tempo e estando provadas as qualidades do reclamante, que lhe dão preferencia a nomeação feita, sobre qualquer outro classificado, mando que o Escrivão do Cartorio competente o classifique em primeiro lugar, e intime a nomeação para no dia 25 do corrente mez em casa de minha residencia dar valor aos bens inventariados, por termos antes ao seo bem e fiel cumprimento a seo Ministerio e da Minha Justiça. Intime-se, para que no caso de não haver aceitação, provar no Juizo competente a validade de seus impedimentos. Em 22 de Outubro de 1880

Eduardo Gomes Ferreira Pallos.

Data -

Aos vinte dias, mez e anno supra, faço este Cartorio com o Doutor Eduardo Gomes Ferreira Pallos

Vellozo, do que fiz este termo. Eu, João Antonio Vermelho de Mello Santos, o escrivão, o escrevi.

Cst.m

Dou fé haver autenticado o despacho retro, em todas as provas nesta Cidade ao Dr. Vicente da Silva Portella, curador dos crioulos Ignacio, e D. Elisa Cruvello de Avila e ao Administrador da Collecta de Rendas Geraes desta mesma Cidade, que forão citados. Estre, 22 de Novembro de 1880.

Alex.m

João Antonio Vermelho de Mello Santos

Termo de comparecimento. Aos vinte e cinco dias do mez de Novembro de mil oito centos e oitenta, nesta Cidade da Estancia, e casa do Juiz de Orphãos Doutor Eduardo Jorge Teixeira Pinto, onde eu escrivão fui vindo, ahi, presente o dito Doutor Juiz Capitão Francisco Antonio de Paiva, como procurador da D. Elisa Cruvello d'Avila, senhora dos escravos Ignacio, por este foi dito, conforme fora intimado compareceu hoje com o fim de declarar o destino que dará a liberdade do dito escravo pois fazendo

sem suspeições. E tendo dito
o dito Procurador - Agente
Fiscal, disse o seguinte Des-
pacho - Julgando que deixando de de-
clarar a dilação por despa-
chada a petição com
cordam em dar cordamento
de que estando prestados
as horas marcadas para
o serviço suspendem
Juiz os trabalhos, man-
dando que declarasse o pre-
sente Termo em que as-
signou com a parte. E
eu, João Antonio Ulhoa
Magalhães dos Santos, es-
crivão, o escrevi

Eduardo.

Franc. Fernz. de Faria

Conclusão -

Aos onze dias do mez de Dez em-
bro de mil oito centos e oitenta
e sete nesta Cidade da Estrella,
em Cartorio, faço este auto
conclusos ao Meritissimo
Juiz de Direito Doutor Jo-
aquim, Doutor Edmundo Pinto
Ferreira Vallos, e que faço
este termo. Eu, João Antonio
Ulhoa Magalhães dos Santos, escri-
vão, o escrevi

Eduardo

Intimei-me novamente ao Agente

fiscal e Sub. do Escrivão para fazer as declarações de valor constante do mandado supra, para o dia 7 do corrente mez em casa de residencia, visto achar-se em esse acto impedido o Oficial fiscal promover a avaliação judicial ante o Juiz Municipal. Estancia de Dezembro de 1886 Estrella.

Termo de juramento.

Aos sete dias do mez de Dezembro do anno supra, pelo Doutor Juiz de orphãos Estevão Bellos, me foi entregue este auto, e logo fiz este termo. Eu José Antonio Hermenegildo Escrivão o escrevi e assignei

Auto.

Posto que haver intimado o Dr. Elias Carvalho de Avila e ao Administrador do Collegio Rivadavia Gomes Ernesto Esteves da Silveira, para no conteúdo do despacho supra, que fica acima lavrado. Estancia, 11 de Dezembro de 1886. Assim.

José Antonio Hermenegildo

Termo de comparecimento e declaração.

Aos trez dias do mez de Dezembro de mil oito centos e oitenta e seis nesta Cidade da Estancia,

e com a do Juiz de appellação Doutor Edmundo Gomes Ferreira Bello, onde eu Escrivão fui vindo, ahi presente o Capitão Francisco Teixeira de Faria, procurador da Dona Elisa Carvalho Stoll, conforme a procuração que apresentou, e adiante vai junta, por dizer, junto, e o Agente Fiscal da Alfandega do Rio de Janeiro desta Cidade, Ernesto Esteves de Oliveira, pelo dito Capitão Francisco Teixeira de Faria foi dito, que pela ré constituinte indevidamente o valor da cinta com todos seus rotos mil reis como indemnisação dirida a ré constituinte pela libertação de seu escravo Ignacio, o qual é caxapinta e que dá-lhe uma bôa cousa de insignificante, cujo valor, por ser insignificante, declarou o Autor presente que aceitava-o, mesmo pelo conhecimento que tem do escravo e de suas qualidades, o que ja era constar, ao mesmo o Juiz houver este Termo, no que appellou e arrazoou. Eu, João Antonio Alves Guedes do Amaral, escrivão, o escrivi

E. Bello

Francisco Tuxeira de Faria
Ernesto Ferreira

Traslado da Procuração bastante que faz Dona Elisa Cur-
vello d'Avila

Saibão quantos este publico instrumento de procu-
ração bastante virem que no anno do Nas-
cimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oi-
centos e oitenta, aos vinte cinco dias do mez de
Novembro, nesta cidade da Estancia, da Provincia
de Sergipe, em meo cartorio compareceo Dona
Elisa Curvello d'Avila, residente nesta cida-
de e conhecida de mim Tabellião, do que dou
fé, e disse que nomeava e constituia por seo
bastante procurador ao Advogado Francisco
Teixeira de Faria, para em qualquer Juizo ou
Tribunal requerer e promover todo o seo di-
reito, para o que lhe confere poderes illimi-
tados, e especialmente para o fim de con-
cordar no valor justo do seo escravo Igna-
cio, afim de ser liberto pelo fundo de eman-
cipação e louvou-se, e promettia haver
por firme e valioso tudo o que for feito e
obrado pelo dito seo procurador. Assim
o disse, do que dou fé, e me pedio este in-
trumento, que lhe li e assigna com as tes-

testemunhas presentes. Eu Antonio d'Araujo Pei-
xoto de Bessa, Tabellião, o escrevi e assignei em
publico e raso. Em testemunho (Lugar do signal
publico) de verdade. Antonio d'Araujo Peixoto
de Bessa. Elisa Carvello d'Avila. Testemu-
nhas Francisco Pacheco d'Avila. Francisco Gu-
rabena. Trasladada do proprio livro, a que me
reporto, aos mesmos dia, mez e anno de sua
data, no principio declarados. Eu Antonio de
Araujo Peixoto de Bessa, Tabellião, o escrevi e as-
signei em publico e raso.

Em test.º

Antonio D'Araujo Peixoto de Bessa

Estancia 25 de Novembro 1880.

Antonio D'Ar.º Peixoto de Bessa

Concordão com o Tabellião

Antonio D'Ar.º Peix.º de Bessa

Reconhecimento e sello — Valle

Juiz de Orphãos Presente Escrivão para ser assignado hoje [illegible] que faço este termo. Eu José Antonio Vieira [illegible] escrevi

Está de conformidade a classificação do seguinte e attendida a [illegible] classificação, vejão os homens bons avaliadores nomeados das classificações na ordem, com a declaração de seu voto, para virem a liberdade de [illegible] nos autos, por concluidos. Ut.

Bom Jesus 1ª de 1870

J. A. Vieira.

Termo de [illegible]

No mesmo dia, mez e anno supra, pelo Doutor Juiz de Orphãos, me foi entregue estes autos, do que faço este termo. Eu, José Antonio Vieira [illegible] escrevi. [illegible]

Certifico que foi lançado o seguinte
no Mandamento no livro dos Cha
rotificações com declaração de
seu valor para a devida ordem,
aonde o Sr. supra refiro.
Est.; 17 de Setembro de 1886.